

## Senado cria CPI para investigar denúncias sobre emissão de títulos

*Diante da suspeita de fraude em documentos enviados à Casa, líder do PMDB propõe comissão para apurar possíveis irregularidades no lançamento de papéis estaduais*



Reunida ontem, a CAE não aceitou o parecer de Requião favorável ao projeto de Dutra

### CAE rejeita projeto que exclui estatal da privatização

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado rejeitou ontem projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que autoriza o Senado a excluir empresas do Programa Nacional de Desestatização, inclusive a Cia. Vale do Rio Doce. O parecer favorável ao projeto, apresentado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), foi rejeitado por 12 votos a 6. O projeto, no entanto, ainda pode ser levado ao plenário, desde que um recurso seja assinado por 9 senadores.

### Plenário aprova transparência nas contas de pacientes do SUS

O plenário do Senado aprovou ontem projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) estabelecendo que, quando da alta hospitalar, as unidades do Sistema Único de Saúde e hospitais da rede conveniada contratada deverão fornecer ao usuário demonstrativos detalhados de despesas.

A matéria, que será submetida ainda à apreciação da Câmara dos Deputados, também determina que cada demonstrativo de despesa emitido pela rede hospitalar deverá conter em destaque a seguinte informação: "Esta

conta foi paga com o seu imposto. Saúde, um direito de todos, um dever do Estado".

Conforme a proposição, a unidade hospitalar também será obrigada a informar o motivo da internação, o tempo de permanência do doente e o valor dos pagamentos referentes aos serviços profissionais, de apoio, diagnóstico e terapêutica. Exige ainda que uma via do demonstrativo de despesa seja entregue ao paciente ou seu responsável, mediante recibo. E o paciente poderá impugnar o demonstrativo.

O Senado criou ontem CPI para apurar denúncias de irregularidades relacionadas com emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, destinados ao pagamento de dívidas judiciais. O requerimento foi apresentado pelo senador Jáder Barbalho, líder do PMDB, que citou as denúncias publicadas pela imprensa. Há inclusive suspeitas do uso de documentos falsos enviados ao Senado por governos estaduais e prefeituras em seus pedidos de lançamento de títulos. Jáder alertou que as finanças públicas podem ter tido prejuízos nessas negociações. O presidente do Senado, José Sarney, disse que só falta agora os partidos indicarem seus representantes na CPI, que terá 90 dias para seus trabalhos. Páginas 4 e 5

NESTA EDIÇÃO

**Bresser na CCJ explica demissões**

Página 7

**Advertências nos cem anos de Canudos**

Página 6

# Emília pede convocação do ministro da Saúde

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) apresentou ontem requerimento à Mesa pedindo a convocação do ministro interino da Saúde, José Carlos Seixas, para prestar esclarecimento ao plenário sobre denúncia feita, no último final de semana, pelo jornal *Folha de S. Paulo*, relativa às dificuldades financeiras que atravessam os laboratórios oficiais do País.

Ela destacou informação atribuída ao presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil, Antonio José Alves, segundo o qual a falta de repasse de recursos por parte do governo federal está levando os laboratórios a suspenderem a fabricação de diversos medica-



Emília Fernandes

mentos.

No requerimento, Emília Fernandes destaca que a associação informou ao governo que os 12 laboratórios que a integram, responsáveis pela produção de 50% dos medicamentos distribuídos pela rede pública de saúde, estão suspendendo a fabricação até que o Ministério da

Saúde pague a dívida de R\$ 48 milhões, vencida em setembro. Segundo ela, os laboratórios oficiais fabricam a maioria dos remédios para combater doenças como Aids, malária, tuberculose, diabetes, cólera, meningite e hipertensão arterial.

- A suspensão da fabricação destes remédios representa risco de vida para grande parte da sociedade brasileira, razão pela qual não podemos silenciar - afirmou.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador José Sarney

**10h** - Participa de ato comemorativo ao Dia Mundial de Luta Contra a Aids, promovido pelo Ministério da Saúde e organismos das Nações Unidas. *Auditório Petrólio Portella*

**11h** - Recebe o deputado Sérgio Barcellos (PFL/AP) e o prefeito eleito de Macapá, Aníbal Barcellos

**12h** - Recebe o senador Joel de Hollanda

**18h45** - Recebe a medalha "Sesi 50 anos". *Auditório da CNI - Ed. Roberto Simonsen - SBN - Quadra 01 - Bloco "C"*

### PLENÁRIO

**14h30** - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 258/95, que cria área de livre comércio em Brasília; e \*Parecer nº 597/96, sobre a Mensagem nº 230/96, que submete à deliberação do Senado o nome de Paulo Enrico Maria Zaghen para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil.

### COMISSÕES

**10h** - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 41/95, que revoga o § 3º do art. 192 da Constituição, que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; \*PEC nº 44/95, que altera os arts. 153 e 156 da Constituição, no que diz respeito ao Imposto sobre Propriedade Territorial Rural; \*PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; \*PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; \*PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; \*PEC nº 9/96, que acrescenta parágrafos ao art. 24 da Constituição federal e altera a redação do seu inciso XVI, que trata da organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis e da perícia oficial; \*PEC nº 42/95, que dispõe sobre a competência privativa da Câmara dos Deputados para ter a iniciativa de leis que instituíam ou aumentem impostos; \*PEC nº 20/96, que altera a nomenclatura de vereador para deputado municipal; \*PEC nº 6/96, que toma o voto facultativo; \*PEC nº 35/95, que estabelece adaptações na organização do Ministério Público, corrigindo tendências concentradoras que se revelaram incompatíveis e institucionalmente prejudiciais, em termos de eficiência operativa; \*PEC nº 5/96, que estabelece a instituição mista de ensino; \*PDL nº 45/95, que susta o Decreto nº 1.480/95, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais. **Matérias terminativas:** \*PLS nº 84/95, que altera o art. 118 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); \*PLS nº 07/96, que dispõe sobre o sistema de proteção aos credores e devedores; e \*PLS nº 13/95, que dispõe sobre a instituição de cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

**10h** - Comissão de Assuntos Econômicos

**Pauta:** Apreciação não terminativa do PLS nº 43/95, que dispõe sobre o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), o Fundo da Marinha Mercante e a Fundação Nacional dos Trabalhadores em Atividades de Apoio Operacional em Empresas de Navegação Marítima - FUNDNAV; \*PLC nº 104/95, que determina que as câmaras municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; \*PLC nº 119/95, que redireciona recursos do Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); \*PLS nº

198/95, que proíbe o uso de substâncias anabolizantes, naturais ou artificiais, com a finalidade de aumento de massa corporal em animais de abate; \*PLS nº 291/95 (Complementar), que extingue o Conselho Monetário Nacional, define as condições para a autonomia do Banco Central do Brasil e fixa os requisitos para o exercício de seus cargos de direção; \*PR nº 34/96, que altera a Resolução nº 69/95, para limitar a 98% o percentual máximo de refinanciamento da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; e **terminativa** dos \*Substitutivo ao PLS nº 108/95 (discussão em turno suplementar), que institui o Programa de Implantação das Reservas Extrativistas; \*PLS nº 28/95, que dispõe sobre a redução do valor das tarifas para estudantes nos transportes coletivos intermunicipais e interestaduais; \*PLS nº 298/95, que dispõe sobre o custo de cada parcela rural em projetos de colonização oficial.

**10h30** - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.526/96, que dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples)

**Pauta:** Audiência pública com a presença do ministro da Previdência e Assistência Social, Reinhold Stephanes, do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, e presidentes de confederações e federações. *Plenário nº 06 - Anexo II da Câmara dos Deputados*

**14h30** - Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados (conjunta)

**Pauta:** Reunião para tratar do problema referente à escassez de recursos orçamentários para a Saúde. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

**17h30** - Comissão Especial destinada a proceder ao exame de sugestões encaminhadas por governadores (Processos Diversos nºs 90 a 96/96) e das matérias em tramitação na Casa referentes ao endividamento dos estados e municípios

**Pauta:** Instalação da comissão. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

### ESPECIAL

**10h** - Abertura de ato comemorativo ao Dia Mundial de Luta Contra a Aids

**Tema:** "Unidos na esperança". *Auditório Petrólio Portella*

**PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA QUINTA-FEIRA (28.11.96)**

### PLENÁRIO

**11h** - Sessão do Congresso Nacional

**Pauta:** Apreciação de vetos presidenciais. *Plenário da Câmara dos Deputados*

**14h30** - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 195/95, que concede anistia de multas cominadas pelo Tribunal Superior do Trabalho a entidades sindicais em virtude de sentença judicial; e \*PLS nº 196/96, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório.

### COMISSÕES

**10h** - Comissão de Educação

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Requerimento nº 1.133/96 (não terminativo), que trata do sobrestamento do estudo das emendas da Câmara ao PLS nº 110/88, a fim de aguardar a decisão do Senado sobre o PLS nº 197/95, com ele conexo; e \*PLS nº 94/96 (terminativo), que regulamenta, em consonância com o disposto no art. 37, parágrafo 1º, da Constituição federal, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanha dos órgãos públicos. *Sala 15 - Ala Senador Nilo Coelho*

# Requião propõe mandato de 5 anos para presidente

*Senador sugere também referendo para o eleitor dizer se Fernando Henrique pode ser beneficiado com a ampliação do prazo de sua permanência no Palácio do Planalto*

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) informou ontem em plenário que está elaborando proposta de emenda constitucional ampliando para cinco anos o mandato de presidente da República, que, em seguida, passaria a exercer o cargo de senador honorário, sem direito a voto. A proposta estabelece a realização de um referendo para decidir se o presidente Fernando Henrique Cardoso já seria beneficiado com a medida.

Roberto Requião também leu seu projeto de lei, de sua autoria, que dá o direito de resposta imediata aos que se sentirem atingidos em sua honra por notícias divulgadas pelos meios de comunicação. O senador disse que o projeto será apresentado hoje e, na justificativa, argumentou que a proposição "tem por objetivo oferecer rito especial e célere às respostas a ofensas levadas à mídia que, hoje, são submetidas à Lei de Imprensa".

Pelo projeto, "a resposta observará, se na imprensa escrita, as mesmas dimensões da matéria que a originou; se por imagem, a duração da matéria original, acrescida de três minutos; se por som, a duração da matéria original, acrescida de 10 minutos". O pedido de resposta será encaminhado diretamente ao veículo de comunicação que divulgou a matéria ofensiva, "independentemente de quem tenha praticado a ofensa".



Roberto Requião

A proposição estabelece que, se o veículo de comunicação não divulgar a resposta em sete dias, caberá ação judicial. "Se descumprida a determinação judicial, o juiz que decidiu o feito fixará multa, em favor do ofendido, em valor correspondente a 1% ao dia do faturamento bruto verificado no balanço do ano anterior do veículo de comunicação, corrigido monetariamente. Persistindo a recusa, após 10 dias da determinação judicial, o mesmo magistrado determinará o fechamento do órgão de comunicação, enquanto durar a recusa".

- O projeto não tem por escopo fulminar a Lei de Imprensa. Na verdade, o intuito único é permitir, desde já, que as ofensas veiculadas pela mídia - em qualquer de suas modalidades - não fiquem impunes, mas tenham, de fato, a oportunidade de

resposta - disse Requião.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou Requião pela iniciativa, que, acentuou, "é o projeto mais corajoso, mais ousado, mas é também o que menos chances tem de ser aprovado".

Já o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) declarou-se favorável ao projeto, que, a seu ver, "cosbe atitudes arbitrárias dos meios de divulgação que publicam matérias que não condizem com a realidade". Segundo Valadares, a proposição é importante porque "a honra é um patrimônio que, conquistado com lutas e sacrifícios, não pode ser estraçalhada publicamente".

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) também manifestou o seu apoio ao projeto de Requião, que, por sua vez, elogiou projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que prevê a utilização, pela oposição, de rede de rádio e televisão sempre que o presidente da República ou os seus ministros o fizerem.

Requião comentou ainda o processo movido contra ele no Paraná pedindo a cassação de seu mandato. Ele disse que é a terceira vez que tentam tirar o seu mandato, que, acentuou, não é dele, mas do povo que o elegeu.

**Senador lê projeto que garante o direito de resposta imediata**

## Senado aprova homenagem a Goulart

O Senado aprovou ontem sugestão do presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães (BA), para a realização de uma sessão conjunta do Congresso destinada a homenagear a memória do ex-presidente João Goulart pelo 20º aniversário de sua morte. Na oca-

sião, convidado pelo presidente da Casa, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) aceitou ser o orador oficial na homenagem. A sessão solene se realizará às 11h do dia 5 de dezembro.

Na reunião plenária de ontem, o presidente do Senado, José Sarney, informou à Casa

que o ministro da Justiça, Nelson Jobim, comparecerá ao Senado no dia 11 de dezembro, para falar sobre a operação das Forças Armadas para sanar conflito no estado do Pará. A presença do ministro atende solicitação apresentada pelo senador Ademar Andrade (PSB-PA).

## Racismo requer pedido de desculpas, afirma Benedita

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse ontem que a agressão cometida por policiais militares do Distrito Federal contra o adolescente Panawe Massama, filho de diplomatas da Embaixada do Togo, requer a formalização urgente de um pedido de desculpas por parte dos governos federal e do DF.

- Não restam dúvidas de que Panawe Massama foi mais uma vítima de racismo e da ignorância e intolerância policiais - afirmou a senadora.

Na opinião de Benedita da Silva, a agressão alcançou dimensões de incidente diplomático. A seu ver, a situação tornou-se ainda mais grave por ter ocorrido às vésperas da viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso à África. A senadora relatou que o jovem foi espancado pelos policiais no último dia 21, em pleno curso da Semana da Consciência Negra.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou que o presidente da República está fazendo uma de suas mais importantes viagens e que a escola de Angola e África do Sul foi completamente acertada. Simon afirmou que, a despeito de todas as suas restrições ao regime militar, sempre teve o maior respeito pela atuação do Itamaraty naquele período por este ter atuado para o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com o continente africano.

# Senado cria CPI dos títulos públicos

*Por iniciativa de Jäder Barbalho, comissão irá apurar denúncias de irregularidades na emissão e negociação dos papéis. Há suspeitas de falsificação de documentos enviados à Casa*

A requerimento de iniciativa do senador Jäder Barbalho (PA), líder do PMDB, o Senado criou ontem CPI para, em 90 dias, apurar denúncias de irregularidades relacionadas com a autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, entre 1995 e 1996. Lido o requerimento, o presidente do Senado, José Sarney, disse que falta agora os partidos indicarem seus representantes na comissão.

Ao justificar sua iniciativa, Jäder Barbalho citou o noticiário da imprensa referente a denúncias de irregularidades

## Sarney garante que votações cumprem Regimento Interno

Durante a discussão em torno da resolução que autorizou a emissão de Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina, o presidente do Senado, José Sarney, esclareceu que nada acontece na instituição sem o conhecimento do plenário e sem o rígido cumprimento do que determina o Regimento Interno da Casa. Depois que o líder do PMDB, Jäder Barbalho (PA), afirmou que o noticiário do fim de semana atinge a imagem do Senado, Sarney explicou que desde seu primeiro dia na presidência da Casa tem agido com absoluta isenção.

- A tramitação de projetos é feita por um criterioso planejamento e todas as matérias que chegam à Mesa são submetidas ao plenário. Quanto à votação deste assunto, apenas cumpri o Regimento Interno, submetendo a deliberação ao plenário. Na aprovação do projeto, votaram todos os que se encontravam em plenário, à exceção de uma senadora de Santa Catarina. O presidente do Senado nem pode votar em matéria dessa natureza.



**Jäder Barbalho**

nas emissões de títulos. Segundo o senador, "tais notícias referem-se a uso de documentos forjados nas solicitações de autorização pelos estados e municípios ao Senado, bem como a prejuízos sofridos pelo

erário na negociação de títulos no mercado por prefeituras e governos estaduais".

O senador afirmou que as denúncias baseiam-se em fatos determinados, como a possibilidade de terem sido falsificados documentos e de prejuízos ao erário causados pela negociação de títulos cujas emissões foram autorizadas pelo Senado. Ele alertou para o fato de que a possível existência dos ilícitos representaria dano irreparável às finanças públicas, com prejuízo para os contribuintes. Daí a necessidade da CPI, alegou o líder.

Jäder Barbalho deseja que,

apurados os fatos, as conclusões da CPI sejam enviadas ao Ministério Público e à Mesa Diretora do Senado, para, na hipótese de conduta incompatível com o decoro parlamentar, serem tomadas as providências previstas no Regimento Interno. Em sua opinião, além de apurar as possíveis irregularidades apontadas pela imprensa, a CPI servirá para esclarecer "eventual comprometimento ou omissão nos episódios investigados, tendo em vista ser do Senado a competência privativa para limitar e autorizar operações de crédito de estados e municípios".

## Plenário decide como ficam títulos de SC

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento de urgência apresentado pelo senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) para que seja votado amanhã projeto de resolução de autoria do mesmo parlamentar destinado a suspender emissão de Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina. Kleinübing deseja a suspensão por 90 dias da vigência de resolução do Senado que autorizou aquela emissão de títulos, até que o governo catarinense comprove junto ao Banco Central estar cumprindo rigorosamente a decisão do Legislativo.

Ele alega que, numa decisão votada em regime de urgência, o governo de Santa Catarina recebeu autorização do Senado para emitir R\$ 552 milhões para pagamento de precatórios previstos na Constituição, mas a operação não foi aceita pelo mercado, e o governo do estado vendeu esses títulos com deságio, recebendo pelos R\$ 552 milhões apenas R\$ 423 milhões.

Na opinião de Kleinübing, só no processo de venda, o governo de Santa Catarina já



**Vilson Kleinübing**

está descumprindo a decisão do Senado, porque está pagando mais de R\$ 80 milhões de deságio, quando devia pagar precatórios. O senador entende que, nesse episódio, a Casa foi enganada.

Na discussão da matéria, o líder do PMDB na Casa, Jäder Barbalho (PA), argumentou sobre a dificuldade técnica de uma resolução cancelar um ato do Senado que já tenha sido executado. Ele alegou que ontem mesmo o Senado aprovou requerimento de sua autoria para constituir uma comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar denúncias sobre a autorização, emissão e negociação de títulos públicos. Explicou que a CPI por ele defendida inves-

tigará inclusive se o Senado foi induzido em erro na aprovação de emissão de títulos para o pagamento de precatórios.

Durante a discussão, o senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) disse que a Comissão de Assuntos Econômicos, que ele preside, não teve a oportunidade de apreciar as autorizações para pagamento de precatórios relativas a Pernambuco e Santa Catarina, daí porque essas matérias foram votadas no plenário em regime de urgência. Jäder Barbalho voltou a argumentar que há denúncias na imprensa contra o comportamento do Senado nessas autorizações e que a CPI visa a preservar a imagem da instituição.

O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), disse que seu partido se absteve de votar a resolução referente a Santa Catarina, devido ao fato de que havia uma medida judicial naquele estado contra essa emissão e a suspeita na Assembléia Legislativa da existência de irregularidades em documentos.

# CAE aprova criação da Agência Nacional de Energia Elétrica

*Capitais privados mais perto do setor elétrico. Comissão aprovou parecer favorável ao projeto da Aneel, que substituirá o DNAEE*



Eduardo Suplicy

## Governo de SP é autorizado a emitir Letras Financeiras

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza o governo do Estado de São Paulo a emitir, no prazo máximo de 270 dias, Letras Financeiras do Tesouro do Estado (LFTP), para girar 98% de sua dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1996. A matéria vai à promulgação.

O governo paulista queria rolar 100% dessa dívida. Relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) alegou que a dívida mobiliária de São Paulo equivale a aproximadamente 60% de toda a arrecadação anual do estado, "o que mostra a necessidade de conter o seu crescimento".

Essa foi a razão pela qual Suplicy propôs que o Senado determinasse ao governo de São Paulo o resgate de 2% da parcela vincenda dessa dívida, autorizando-se a rolagem de 98% dos títulos. Ele também alegou que as altas taxas de juros impostas pela política monetária do governo tornam a dívida mobiliária um instrumento oneroso de financiamento do governo.

### PREFEITURA

Na mesma sessão, o Senado aprovou e encaminhou para promulgação resolução autorizando a prefeitura municipal de Jerônimo Monteiro (ES) a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 120 mil 945,00, destinada à ampliação do sistema de água da sede do município.

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), presidida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), aprovou ontem parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS) favorável ao projeto oriundo da Câmara que cria a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em substituição ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE).

De acordo com a proposição, de iniciativa do Executivo, a agência terá a incumbência de regular a participação do capital privado no setor elétrico do País. A matéria será examinada ainda pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Serviços de Infra-Estrutura.

José Fogaça ressaltou que o esgotamento da capacidade estatal de fazer os investimentos imprescindíveis, da ordem de R\$ 6 bilhões anuais, para atender à demanda de energia elétrica, tornou necessária a



José Fogaça

participação da iniciativa privada. A Aneel será o veículo incumbido de intensificar e regulamentar a participação dos recursos particulares nas concessões de serviços públicos de energia elétrica, através de "um novo arcabouço institucional", disse o senador.

Também foi acolhido parecer de José Fogaça a favor de autorização para o governo do Rio Grande do Sul aplicar R\$ 4,5 milhões do Fundo de Am-

paro ao Trabalhador (FAT) no financiamento de programas de geração de emprego e renda no setor informal. Com parecer do senador Beni Veras (PSDB-CE), a CAE aprovou ainda solicitação da prefeitura de São José do Rio Pardo para contratar operação de crédito no valor de R\$ 1,8 milhão junto ao Instituto Municipal de Previdência. As duas matérias serão submetidas agora ao plenário do Senado.

### TÍTULOS

Durante a reunião de ontem, o senador Gilberto Miranda comunicou aos membros da CAE que o presidente do Senado, José Sarney, encaminhou ofício ao corregedor da Casa, senador Romeu Tuma (PSL-SP), solicitando que sejam apuradas afirmações contidas em matérias publicadas pela revista *IstoÉ* desta semana - páginas 20 e 21 -, as quais, segundo o documento, "envolvem o prestígio do Senado".

## Cabral quer reavaliação sobre Eletronorte

A privatização da Eletro-norte não atenderá aos interesses do estado do Amazonas, nem de sua população e de sua economia, afirmou ontem o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), ao dirigir apelo ao governo federal para que "reavalie as posições já assumidas" quanto à alienação dos ativos da empresa.

Depois de afirmar que a Eletro-norte é uma verdadeira agência de desenvolvimento regional, o senador disse que "a fuga do Estado às suas responsabilidades, transferindo-as para uma incerta participação da iniciativa privada, certamente se transformará num obstáculo aos anseios desenvolvimentistas do Nor-



Bernardo Cabral

te e do Centro-Oeste. Além do mais, arrombará as portas da região amazônica aos interesses predatórios de grupos internacionais".

Bernardo Cabral sugeriu a elaboração de um modelo de transição que, entre outras pre-

missas, permita a reestruturação da Eletro-norte em cada estado. "No caso do meu estado, tal empresa seria constituída como Eletronorte-Amazonas, sendo de composição acionária mista, permitindo a participação da iniciativa privada e do governo estadual", propôs o senador.

- Embora pessoalmente reconheça que há urgente necessidade de se redefinir o papel do Estado no setor produtivo, não posso esquecer que as peculiaridades da região amazônica e seu estágio de desenvolvimento exigem a garantia do abastecimento confiável de energia elétrica à região - completou.



Lúcio Alcântara



Benedita da Silva



Josaphat Marinho



Ademir Andrade

## Senadores alertam para os riscos das desigualdades

*No centenário do início da Guerra de Canudos, senadores afirmam que o País ainda não soube superar as condições sociais que levaram à sublevação e ao extermínio dos sertanejos*

O centenário do início da Guerra de Canudos, ao qual o Senado dedicou parte da sessão de ontem, foi comemorado com o registro de seguidos alertas de que o País ainda não soube superar as condições de desigualdade que levaram, há cem anos, ao extermínio dos sertanejos seguidores de Antônio Conselheiro. Para o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que teve a iniciativa da comemoração, Canudos não foi uma sublevação de camponeses, mas, sim, a resistência de uma comunidade contra a imposição de valores e práticas patrocinados pelo "litoral", a sociedade urbanizada.

Segundo Alcântara, as tradições que levaram a Canudos subsistem hoje nas tensões que opõem populações rústicas e urbanas, de que a questão agrária é foco permanente. O pano de fundo que levou à consolidação do arraial de Canudos, na localidade de Monte Santo, na Bahia, pode ser vislumbrado no perfil da comunidade que lá se reuniu, sertanejos tangidos pelo advento e, em algumas regiões, pelo reforço do coronelismo, assinalou o senador.

Ele destacou que Antônio Conselheiro, já então com 65 anos, fixou-se em Canudos seguido por sertanejos em busca de salvação celeste e de solução para seus problemas terrenos, "sobretudo os que diziam respeito à luta contra os

oligarcas, em favor de um pedaço de terra". Passado um século e abstraído o componente místico daquele episódio, o Brasil mantém condições altamente favoráveis a conflagrações semelhantes, como o massacre de Eldorado dos Carajás o demonstra, afirmou Alcântara.

- O clamor do Movimento

dos Sem-Terra é, em sua essência, o clamor de Canudos - disse.

Por sua vez, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) recordou que o estopim que levou ao surgimento de Canudos foi a rebelião de Antônio Conselheiro contra decisão do governo central que autorizou os municípios a cobrarem impos-

tos no interior. Ocupado, de 1877 a 1887, em cruzar os sertões construindo capelas e igrejas, Conselheiro e milhares de sertanejos fixaram-se então naquela região da Bahia a partir de 1893, quando organizaram-se em torno da posse comum da terra, dos rebanhos e dos produtos do trabalho coletivo, salientou a senadora.

Três anos depois, o governo da Bahia interveio em Canudos com cem praças, corridos pelos sertanejos. Daí até o extermínio, em 1897, foram organizados mais três ataques ao arraial, num crescendo de violência que culminou na decapitação dos resistentes e na destruição de 5.200 casas, todas incendiadas, lembrou.

- Hoje, continua a necessidade de garantir a terra para todos, mas sem derramamento de sangue - acentuou a senadora.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) também destacou os principais fatos históricos relativos a Canudos para salientar que palavras proféticas de Antônio Conselheiro aguardam o momento de se tornarem realidade. "O sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão", citou o senador, dizendo que isso vai acontecer quando 300 anos deixarem de separar o Brasil miserável do Brasil civilizado. Na opinião de Ademir, enquanto esse fosso não for ultrapassado, Canudos continuará vivo, mesmo tendo arido em chamas.

### Excessos e equívocos

Já o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) afirmou que a relevância de Canudos está nos excessos e equívocos que o cercaram e que devem servir como advertência para que o País não continue a criar a história e a desdobrá-la por esses meios, como o fez em 1935 e em 1964, e o fazem "aqueles que supõem que os que divergem, contrariam e contestam são representantes de um passado vencido".

Canudos começou com um excesso e se agravou com um equívoco, disse o senador, citando o historiador baiano Luís Henrique Dias Tavares. Na opinião de Josaphat, não importa indagar quantos sertanejos seguiam Conselheiro nem se, por serem contra o casamento civil, seriam antipublicanos e partidários da restauração monárquica. Importa, segundo ele, frisar que nada justificava que o gover-

no deslocasse as tropas que deslocou para Canudos e dizimasse os sertanejos.

Os mesmos excessos e equívocos foram repetidos quando, em 1935, o governo subverteu as instituições democráticas ao reagir contra brasileiros civis e militares, sob o pressuposto de que era iminente a instituição do comunismo no País, disse. Em 1964, acrescentou, o pretexto foi a ameaça de uma revolução sindicalista.

Hoje, na opinião de Josaphat Marinho, a ordem democrática restabelecida ainda não tem garantias de permanência. A Constituição, segundo ele, tem sido submetida a sucessivas alterações e as instituições ainda não foram capazes de garantir segurança econômica e social para todos os brasileiros, sem as profundas desigualdades que os dividem.

# Bresser debate funcionalismo na CCJ

*Josaphat Marinho pede a suspensão do ato proibindo aposentado que voltou ao serviço público de acumular o novo salário com a aposentadoria*

Em debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) sugeriu ontem ao ministro da Administração e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, que o governo suspenda, até o final da votação da reforma da Previdência pelo Congresso, a proibição para que o aposentado que voltou ao serviço público por concurso possa acumular proventos com os vencimentos do cargo posterior à aposentadoria.

A proposta foi feita diante da informação do ministro de que o prazo para a opção do aposentado havia sido prorrogado por 60 dias, já que a reforma da Previdência torna legal a situação dos inativos que retornaram à administração pública após aprovação em concurso público.

Bresser foi à CCJ por sugestão do senador Jefferson Peres (PSDB-AM), que quis ouvir o ministro após tomar conhecimento de discursos do senador Josaphat contendo objeções jurídicas a medidas do Ministério da Administração e Reforma do Estado. Josaphat reiterou suas críticas na comissão. Disse que vários servidores sofreram redução nos proventos ou vencimentos sem terem sido ouvidos e sustentou que o governo não pode alterar situações legalmente constituídas, porque há direitos adquiridos.

- Aquilo que foi concedido ao servidor de acordo com interpretação da lei à época é inalterável - disse Josaphat, que ouviu do ministro Bresser a afirmação de que cabe à Justiça, e não ao Executivo, discutir direitos adquiridos.

Josaphat questionou também o desconto para a Previdência imposto aos aposentados, afirmando que alterações em situações constituídas criam uma insegurança jurí-



Bresser (E), ao lado de Iris Rezende: mais 60 dias de prazo para opção de aposentados

dica.

O ministro foi convidado a comparecer à CCJ para falar sobre a legalidade de medidas que reduziram os proventos e vencimentos dos servidores das instituições federais de ensino superior. Ele informou aos senado-

res que a folha de pagamento das universidades chega a R\$ 270 milhões ao mês, e que há cerca de 147 mil funcionários ativos, dos quais 49 mil são docentes.

Bresser explicou também que, até outubro de 1995, 24 das 52 universidades federais estavam

fora do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape). Após sua integração ao Siape, disse, foram constatadas várias irregularidades, algumas amplamente apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

## Economia com PDV é motivo de crítica

O senador Jefferson Peres quis saber a razão pela qual o governo suspendeu a revisão dos valores dos vencimentos dos servidores das universidades, e ouviu do ministro que parte das irregularidades detectadas foi resolvida, e que o resto está pendente porque o governo precisa concluir estudos para garantir níveis mais adequados para os cargos de direção que substituirão as funções comissionadas, cujos valores seriam elevados de forma inconstitucional.

Também participaram dos debates os senadores Romeu Tuma (PSL-SP), Carlos Patrocínio (PFL-TO), José Bianco (PFL-RO), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Lauro Campos (PT-DF). Tuma fez perguntas sobre assuntos funcionais nas universidades, e Patrocínio e Bianco apresentaram questões relativas aos seus estados. Já o senador Valadares

disse que o servidor público tem sido alvo de culpas, quando outros setores contribuíram muito mais para a crise econômica do País. O ministro discordou do entendimento de que os servidores públicos estão sacrificados com a situação atual, porque os salários em 1995 "alcançaram o pico" e pesquisas indicam que funcionários com o 1º grau recebem 45% a mais do que os empregados na iniciativa privada que têm a mesma escolaridade.

Lauro Campos quis saber quanto o governo economizará com as demissões. Para o senador, se são 6 bilhões de dólares ao ano, é assustadora a opção do governo, "que prefere demitir mais 50 mil servidores e, com o dobro dessa importância, garante o funcionamento de ban-

cos que foram condenados pelo mercado à falência".

O ministro confirmou que a economia com o Programa de Demissão Voluntária (PDV) está estimada em R\$ 500 mi-

lhões ao mês - R\$ 6 bilhões, portanto, ao ano. Ao final dos debates, o presidente da CCJ, senador Iris Rezende (PMDB-GO), defendeu a necessidade de debates intensos sobre a reforma do Estado, lembrando que "o

governo tem tomado medidas que vão ferir interesses e colocar em situação de angústia milhões de brasileiros", mas sustentando que a situação de estados e municípios é complexa e que, nesta hora, é preciso "assumir uma posição".

*Situação salarial nas universidades foi explicada pelo ministro: houve irregularidades*

## Intercâmbio une informática no Legislativo

A integração das casas legislativas do País passa a ser uma realidade após o encontro de informática encerrado ontem, segundo afirmou o diretor-executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), Marco Antônio Reys. Ele explicou que, a partir dessa experiência, todos os modelos de softwares, aplicativos e redes implantados no Congresso Nacional, no Distrito Federal e nos estados poderão ser avaliados mutuamente e aperfeiçoados por meio de intercâmbios.

Essa conclusão foi também compartilhada pelos representantes das assembleias legislativas de Minas Gerais, Luiz Valadares de Abreu; do Distrito Federal, Paulo Roberto Ferreira da Silva; do Rio Grande do Sul, Ricardo Fontoura; e do Rio de Janeiro, Sérgio Rosa, durante as palestras que profiraram no painel "A Função da Informática no Legislativo", realizado pela manhã, como parte do "1º Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo".

Ricardo Fontoura, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, destacou as alternativas de terceirização para suprir as deficiências de recursos humanos e defendeu o sistema de parcerias que mantém com outras instituições.

## Odacir quer a federalização dos bancos estaduais da Amazônia

*Solução idêntica à do Banespa é sugerida pelo senador para saldar dívidas dos estados do Norte com suas instituições financeiras*

A federalização dos bancos estaduais da região amazônica - nos moldes do acordo a ser firmado entre os governos federal e o de São Paulo com relação ao Banespa - foi defendida pelo senador Odacir Soares (PFL-RO) como solução justa e equânime a ser adotada para facilitar a liquidação da dívida dos governos estaduais com seus respectivos bancos e preservar os interesses das populações locais.

- Saneados os bancos estaduais amazônicos, a medida subsequente seria a incorporação deles ao Banco da Amazônia (Basa), com o aumento



Odacir Soares

do capital social dessa instituição - disse o senador, explicando que o fortalecimento do Basa preservaria o atendimento às necessidades peculiares da população dos estados amazônicos enquanto promoveria a racionalização de gastos.

Na opinião de Odacir Soares, essa incorporação permi-

tiria que os municípios afastados dos grandes centros pudessem continuar recebendo o apoio bancário às suas atividades econômicas, mesmo quando a agência ali instalada não obtivesse contrapartida financeira, mas cumprisse apenas sua função social. Por outro lado, seria possível reduzir gastos eliminando-se agências onde fossem superpostas, acentuou.

- O que é bom para São Paulo há de ser melhor ainda para a Amazônia - afirmou Odacir Soares, na certeza que o governo acolherá sua proposta "como justa e irrecusável".

## Sarney recebe dirigente russo e defende maior intercâmbio

Ao receber ontem o vice-primeiro-ministro da Rússia, Valery Serov, o presidente do Senado, José Sarney, previu um intercâmbio crescente entre o Brasil e aquele país, e considerou "da maior importância" a visita que uma delegação de parlamentares brasileiros inicia na próxima semana, para estreitar contatos com seus colegas russos e trocar impressões em torno de temas de interesse bilateral. O embaixador russo no País, Iossif Podrajansets,



Sarney com o vice-primeiro-ministro russo

acompanhou a comitiva.

Sarney disse, em entrevista especial para jornalistas russos, que Brasil e Rússia "têm um grande horizonte nas ár-

as de cooperação e intercâmbio". O diálogo entre parlamentares dos dois países deverá contribuir para ampliar as áreas de interesse, à medida que "a conversa entre políticos tende a ser mais franca

e capaz de impulsionar as relações de forma mais rápida que a linguagem cuidadosa dos diplomatas", acrescentou.

AS SESSÕES DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FORAM PRESIDIDAS PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, RENAN CALHEIROS, VALMIR CAMPELO, LEVY DIAS, ANTONIO CARLOS VALADARES E RÔMEU TUMA

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna  
■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

O Jornal do Senado é distribuído também nos voos da Vasp que saem de Brasília

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação - Sérgio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda  
Fotos - Cêlio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varella e Lindolfo Amaral  
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal